

PROTOCOLO DE ENTRADA

Nº: 111/2026 - 29/06/2026 11:43:16

Emissor: Destinatário
IPMP NISTRATIVO IPMPDescrição: Folhas:
ATA DE REUNIÃO 5
EXTRAORDINÁRIA 14/2026
Elaborado por: EMANOEL COSTA**Conselho Administrativo****Ata de Reunião Extraordinária 14/2026**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 08:00 (oito) horas, conforme convocação feita pela Presidente do IPMP Carmelina Felix de Brandão Moraes, através da comunicação interna nº 03/2026 que trata sobre a convocatória para a capacitação referente ao programa pró-gestão RPPS. Abertura realizada pela presidente falando sobre a importância do momento e a necessidade de capacitação constante aos conselheiros presentes para que o instituto continuasse tendo bons resultados, assim como tanto a eficiência e a eficácia dos conselhos fossem consolidadas nas tomadas de decisões. A formação foi iniciada com a apresentação do formador, Sr. Uirã Alcides Gomes Rosa convidado para ministrar a capacitação voltada aos aspectos de governança, gestão e controle dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com enfoque no papel institucional dos conselhos e na conformidade com as boas práticas de governança previdenciária. Durante a exposição, foram apresentados dados e informações acerca da estrutura do sistema previdenciário brasileiro, abordando a organização dos Regimes Próprios de Previdência Social e sua relevância no contexto da administração pública. Destacou-se a necessidade de adoção de mecanismos de governança que assegurem a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes, bem como a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários. Foram discutidas as competências e atribuições dos órgãos colegiados, especialmente dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, enfatizando-se o caráter estratégico de sua atuação na definição de diretrizes institucionais, apreciação de políticas administrativas, acompanhamento da execução das ações de gestão, fiscalização dos atos praticados pela administração e monitoramento dos resultados alcançados pela entidade previdenciária. A formação abordou, ainda, os conceitos fundamentais de governança corporativa aplicados ao setor público, destacando a importância da segregação de funções, da gestão de riscos, dos controles internos, da prestação de contas (accountability), da integridade institucional e da participação efetiva dos conselheiros nos processos decisórios. Foi apresentada a estrutura recomendada de governança para os RPPS, evidenciando a integração entre os órgãos de deliberação, fiscalização e gestão executiva, com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de controle, à mitigação de riscos, ao aperfeiçoamento da tomada de decisões e à promoção da eficiência, transparência e sustentabilidade da



gestão previdenciária. Registra-se que os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas e debater os temas apresentados, contribuindo para o aprimoramento de seus conhecimentos e para o fortalecimento da atuação dos órgãos colegiados no âmbito do RPPS. Na continuidade da formação, foram abordados aspectos relacionados à governança, integridade, ética e responsabilidades dos conselheiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destacando-se a relevância da atuação estratégica dos órgãos colegiados para a sustentabilidade institucional e a adequada gestão previdenciária. No que se refere às responsabilidades dos conselheiros, destacou-se que a atuação dos membros dos conselhos deve observar o dever fiduciário de defender os interesses da instituição acima de interesses pessoais, corporativos ou daqueles que os indicaram para o cargo, este último no caso dos conselheiros indicados pela gestão municipal. Ressaltou-se, ainda, a importância da preparação prévia para as reuniões, da busca constante por aprendizado, conhecimento e autoestudo, da assiduidade, da pontualidade, do comprometimento com os resultados institucionais e da participação efetiva nos processos deliberativos. Durante a exposição, foram apresentados os benefícios decorrentes da implementação de Programas de Integridade Previdenciária, dentre os quais se destacam o fortalecimento da confiança institucional, a promoção de decisões éticas, técnicas e rastreáveis, a prevenção de fraudes e desvios, o aumento da eficiência administrativa e da sustentabilidade previdenciária, bem como a proteção da alta gestão e dos órgãos colegiados mediante a adoção de mecanismos adequados de governança e controle. Também foram discutidas as atribuições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, enfatizando que sua atuação transcende a mera fiscalização, abrangendo funções de análise, deliberação, monitoramento e acompanhamento das ações de gestão. Foi destacado que os conselheiros devem atuar em defesa do interesse institucional do RPPS, zelando pela legalidade, transparência, eficiência e sustentabilidade da gestão previdenciária. Foram apresentadas as atribuições mínimas do Conselho Deliberativo previstas no Programa Pró-Gestão RPPS, incluindo a aprovação do planejamento estratégico e do plano de ação anual, o acompanhamento da execução das políticas de gestão, a emissão de pareceres sobre propostas normativas com impacto nos ativos e passivos previdenciários e o monitoramento das auditorias realizadas pelos órgãos de controle e supervisão, bem como das providências adotadas em decorrência de seus resultados. A capacitação abordou, ainda, os principais temas sujeitos à apreciação e monitoramento pelos conselhos, dentre eles: planejamento estratégico, política de investimentos, gestão atuarial, prestação e verificação de contas, fiscalização dos atos de gestão, gestão de riscos, auditoria independente, processos sucessórios, práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, controles internos e código de conduta institucional. Quanto ao papel dos conselhos na estrutura de



governança, foi ressaltado que estes atuam como elo entre a gestão executiva e os mantenedores da instituição, exercendo função de apoio à tomada de decisão, acompanhamento da execução das estratégias e fiscalização da gestão. Destacou-se que os conselheiros devem deliberar sempre em favor do interesse institucional do RPPS, independentemente dos interesses específicos dos grupos que representam. Foram igualmente apresentadas as competências relacionadas à fiscalização e deliberação dos atos da administração, à emissão de pareceres técnicos sobre a gestão, à análise de propostas submetidas à apreciação dos órgãos colegiados e ao acompanhamento de eventuais irregularidades, fraudes ou desconformidades identificadas nos processos institucionais. No encerramento da capacitação, foram debatidas as características esperadas dos membros dos conselhos, destacando-se os pilares da integridade, competência técnica e envolvimento construtivo. Foram enfatizadas qualidades como independência, imparcialidade, capacidade de escuta, senso de justiça, experiência profissional, conhecimento da área previdenciária, compromisso com resultados, visão estratégica e capacidade de atuação colaborativa. Por fim, foram discutidos diferentes modelos de atuação dos conselhos — passivo, certificador, interventor e envolvido — sendo enfatizado que o modelo mais adequado é aquele em que o conselho atua de forma participativa e estratégica, contribuindo para a melhoria contínua da gestão, para a tomada de decisões fundamentadas e para o fortalecimento da governança previdenciária. Os participantes também foram orientados a refletir continuamente sobre aspectos relacionados à sustentabilidade institucional, monitoramento de indicadores, análise de riscos, avaliação de estratégias e efetividade das reuniões e deliberações dos órgãos colegiados. Como atividade reflexiva, foi desenvolvido a análise do estudo de caso denominado "Abrigo Subterrâneo", no qual os participantes foram convidados a tomar decisões diante de um cenário hipotético de crise, envolvendo critérios de escolha e priorização de pessoas para ocupação de vagas limitadas em um abrigo. A dinâmica teve como objetivo estimular o pensamento crítico, a análise ética, a tomada de decisão fundamentada e a identificação de vieses e preconceitos que podem influenciar processos deliberativos, reforçando a necessidade de decisões pautadas em critérios objetivos, imparciais e alinhados ao interesse coletivo e não individual. Não havendo nada mais a tratar a reunião deu-se por encerrada.

Paragominas-PA, 24 de junho de 2026.



Dário Barbosa Pinheiro
Secretario(a)
CP RPPS CODEL I 644514253052807

Ednaldo Colares da Silva
Presidente
CP RPPS CODEL I 420917879752801

Heidiane Silva de Araujo Ferreira
Membro
CP RPPS CODEL I 350015824242808

Elis Sandra Morais Pinheiro
Membro
CP RPPS CODEL I 599614940272901

Danilo Dos Santos Ananias
Membro
CP RPPS CODEL I 069725670722801

RECEBEMOS

Em 29 / 06 / 20

IPMP

11:54h



Declaração

Declaro para os devidos fins de direito que, o **Conselho Administrativo do IPMP** esteve reunido em sessão Extraordinária no dia 24 de junho de 2026 na sala de reunião do Instituto de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais-IPMP. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

- Dário Barbosa Pinheiro - Secretario(a)
- Ednaldo Colares da Silva - Presidente
- Heidiane Silva de Araujo Ferreira - Membro
- Elis Sandra Moraes Pinheiro - Membro
- Danilo Dos Santos Ananias - Membro
- -

E por ser verdadeiro assino a presente declaração.

Paragominas-PA, 24 de junho de 2026.



Ednaldo Colares da Silva
Presidente